

CENÁRIOS DA TORRE DE BABEL

Luiz Carlos Bresser Pereira

(Folha de S. Paulo, 8/1/94)

Abstract: No início de 1994 o Brasil lembra uma torre de Babel. A inflação aproxima-se dos 40 por cento, todos afirmam que é ela o maior mal que aflige o país, mas quando chega o momento de enfrentá-la, cada qual pensa nos seus interesses particulares e o acordo social e político necessário não se concretiza.

No início de 1994 o Brasil lembra uma torre de Babel. A inflação aproxima-se dos 40 por cento, todos afirmam que é ela o maior mal que aflige o país, mas quando chega o momento de enfrentá-la, cada qual pensa nos seus interesses particulares e o acordo social e político necessário não se concretiza. A equipe econômica apresenta um engenhoso plano de estabilização, que tem todas as condições de acabar a inflação abruptamente mas sem sustos nem quebra de contratos, todos elogiam o plano, mas poucos acreditam que a inflação possa terminar. Durante anos o refrão da sociedade é o de que o ajuste fiscal deve ser feito antes pela redução das despesas do Estado do que pelo aumento dos impostos. O governo apresenta um plano que propõe uma forte diminuição nos gastos governamentais e um pequeno aumento dos impostos, mas fala-se imediatamente em "derrama fiscal". A concentração de renda é brutal, e pede-se que os impostos sejam progressivos. O governo aumenta a alíquota marginal de imposto de renda para 35 para remunerações acima de 10 mil dólares, e a imprensa grita: "taxados os salários da classe média!".

Este quadro de confusão não é condizente com cenários otimistas para 1994. O primeiro cenário que apresentarei, porém, é o cenário ideal. O Congresso aprova o ajuste fiscal ainda neste mês de janeiro, o governo introduz a URV em fevereiro, os empresários e os trabalhadores chegam a um acordo mínimo patrocinado pelo governo e fazem a conversão de seus

preços e salários para a URV principalmente pela média, e já no final de março é feita a reforma monetária, com a extinção do cruzeiro. O resíduo inflacionário na nova moeda é pequeno, e é controlado pelo prosseguimento do ajuste fiscal combinado com uma firme política de juros. Depois de uma pequena recessão, o desenvolvimento é retomado ainda no decorrer do ano.

Os cenários pessimistas começam pela recusa do ajuste fiscal por parte do Congresso. Nesse caso, é provável que a equipe econômica demita-se. E a inflação, que já estará em 40 por cento, acelerar-se-á rapidamente, apontando para a hiperinflação.

Em um terceiro cenário, o Congresso aprova o ajuste, mas a equipe não consegue o apoio do próprio governo para a conversão pela média do salário mínimo. Demite-se, e caminhamos, igualmente, para a hiperinflação.

De acordo com um quarto cenário, o problema concentra-se na conversão dos preços e salários para URVs. Estes são feitos por empresas e trabalhadores mais próximo do pico do que da média. A inflação se acelera ainda na fase dois. Os preços relativos ao invés de equilibrarem-se, desequilibram-se. E, quando o governo decidir realizar a reforma monetária - que em qualquer hipótese não poderá esperar muito - os desequilíbrios serão tantos que o seu resíduo inflacionário será suficientemente alto para valorizar a taxa de câmbio e prejudicar o plano. A partir desse momento esse quarto cenário subdivide-se em dois: No primeiro caso (cenário 4.1), uma condução firme da política fiscal e monetária poderá ainda salvar o plano, mantendo-se a inflação na nova moeda sob controle. O custo, em termos de recessão, será, porém, alto. No segundo caso (cenário 4.2), o governo não se sente com condições políticas para levar adiante o ajuste fiscal, o plano fracassa, e a inflação na nova moeda sobe gradualmente. Um terceiro sub-cenário, com a inflação explodindo devido ao alto resíduo inflacionário é pouco provável.

Os cenários 1 e 4.1 são semelhantes. A diferença está no resíduo inflacionário, que será maior no segundo caso, exigindo um controle fiscal e monetário maior. Algum resíduo inflacionário, entretanto, sempre existirá, obrigando o governo a manter forte austeridade fiscal depois da reforma monetária.

Os pessimistas e descrentes, que são a absoluta maioria, prevêem que o Congresso não apoiará o ajuste fiscal. Mas, caso isto ocorra, afirmam que o presidente não terá coragem de promover a conversão do salário mínimo pela média. Ficam, portanto, com os cenários 2 e 3. Em último caso, apoiam

sua descrença no cenário 4.2, segundo o qual o governo não terá forças para fazer frente ao resíduo inflacionário em ano de eleições.

Talvez os pessimistas estejam corretos. Talvez, em uma Torre de Babel como é a nação brasileira hoje, realistas sejam os pessimistas. Mas um fato é certo: existe hoje uma oportunidade real de que a inflação seja afinal derrotada. Não porque as condições políticas sejam ideais, mas porque, pela primeira vez depois de muitos anos, está no governo uma equipe tecnicamente capaz de derrotar a inércia inflacionária. Esta equipe ainda não decidiu definitivamente implementar seu plano. Mas, se o ajuste fiscal for aprovado pelo Congresso, e se o Presidente da República mantiver seu apoio firme ao Ministro da Fazenda - duas hipóteses que me parecem perfeitamente razoáveis -, o plano será desencadeado. E a estabilização estará ao nosso alcance.

Não apresentei os cinco cenários econômicos possíveis para 1994 para que as empresas façam suas projeções orçamentárias, mas para que fique mais claro para todos nós quais são os momentos de decisão estratégicos neste ano. São quatro, que se sucederão no tempo: a aprovação pelo Congresso do ajuste fiscal, a aprovação pelo Presidente da conversão do salário mínimo pela média, a correção dos demais preços e salários pela média, a firmeza no combate ao resíduo inflacionário na nova moeda. Se em cada um desses momentos a sociedade civil pressionar os políticos, os empresários e os líderes sindicais que tomem as decisões corretas, a estabilização poderá ser alcançada neste ano. Caso contrário, a hiperinflação, já tão próxima dado o nível da inflação, estará rondando a nossa porta.